

Diplomacia

Em qualquer lugar a lembrança da Pátria (Barão do Rio Branco)

A palestra “Diplomacia – em qualquer lugar a lembrança da Pátria”, ministrada pela embaixadora brasileira Ligia Maria Scherer versou sobre a formação e as áreas de atuação dos diplomatas no Brasil, destacando desde a forma como se dá o ingresso no Instituto Rio Branco e as etapas de progressão na carreira diplomática até alguns dos principais temas e situações nas quais a diplomacia brasileira tem atuado nos últimos anos. Destacou também a importância do legado do Barão do Rio Branco na caracterização da política exterior brasileira, a participação das mulheres na carreira diplomática e a experiência profissional da palestrante ao longo de seus anos de atuação diplomática pelo Brasil.

AUTORES

Andréa Maria Carneiro Lobo - Doutora em História pela UFPR. Professora do curso de Direito do UniBrasil Centro Universitário. Tutora do PET (Programa de Educação Tutorial) do Curso de Direito do UniBrasil Centro Universitário.

Hisly Fernanda Bida Barbosa - Graduada do 6º período diurno do curso de Direito do UniBrasil Centro Universitário.

Láís Magalhães Barra de Sena - Graduada do 6º período diurno do curso de Direito do UniBrasil Centro Universitário.

Paola Rodrigues Franco - Graduada do 4º período diurno do curso de Direito do UniBrasil Centro Universitário.

No dia 22 de Agosto a embaixadora brasileira Ligia Maria Scherer, Chefe do Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores no Paraná – EREPAR -, ministrou palestra intitulada “Diplomacia: em qualquer lugar a lembrança da Pátria” (Barão do Rio Branco), em evento promovido pelo Curso de Direito, pela Academia UniBrasil e pelo PET (Programa de Educação Tutorial) do curso de Direito do UniBrasil. Como mediador para o evento, foi convidado o professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Direito do UniBrasil Marcos Augusto Maliska.

A palestrante iniciou sua fala abordando o percurso para alcançar a aspirada carreira diplomática e os critérios inerentes a essa profissão, afirmando que inicialmente é necessário participar de um concurso que possui três fases. A primeira etapa, de caráter eliminatório, consiste em uma prova objetiva abrangendo temas como língua portuguesa, língua inglesa, história do Brasil e mundial, geografia, direito e relações internacionais. A segunda fase engloba a elaboração de redações em português e inglês, sendo de natureza classificatória. Na terceira fase, acontece uma nova prova sobre os mesmos temas, porém, nesta fase as redações devem ser redigidas em espanhol e francês, idiomas que não são mandatórios, mas possuem caráter classificatório. O concurso dispõe de 50 vagas, das quais 37 são destinadas à concorrência geral, treze a candidatos negros e três a pessoas com deficiência.

Os aprovados no concurso ingressam no Instituto Rio Branco (IRBR), iniciando suas carreiras como terceiros-secretários, a primeira fase da carreira diplomática. As próximas categorias, no Brasil, são as de segundo-secretário e primeiro-secretário, sendo os cargos subsequentes os de conselheiro, ministro de segunda classe e ministro de primeira classe. Frisou que, embora haja graus diversificados de experiência e diversidade de funções, a depender da fase em que se encontra um diplomata no decorrer de sua carreira, todos representam o Brasil, exercendo relevante papel e colaboração nacional e internacional.

A transição de primeiro para segundo secretário demanda a realização de um curso de aperfeiçoamento de diplomata (CAD). Nesse curso, são oferecidas palestras e provas que abordam diversos temas, como direitos humanitários e relações internacionais. O objetivo é proporcionar aos diplomatas uma ampla interação com assuntos variados. Após a conclusão desse curso, os diplomatas tornam-se elegíveis para concorrer à promoção ao cargo de primeiro secretário.

Outro curso relevante ocorre quando um diplomata atinge a categoria de conselheiro e almeja se tornar ministro de segunda classe. Nessa etapa, é necessário apresentar uma defesa de tese sobre um tema relevante para a diplomacia, versando sobre questões relativas à diplomacia, relações internacionais ou historiografia, entre outras.

Inicialmente, os diplomatas atuam em Brasília, no Itamaraty, na Secretaria

de Estado e, então, passam a exercer seus postos em embaixadas, consulados e missões junto a organismos internacionais. O título de “Embaixador” é conferido a um diplomata, muitas vezes a um ministro de primeira classe, que é tratado formalmente como embaixador ou embaixadora. Esse título é oficializado quando o diplomata apresenta suas credenciais - uma carta do chefe de Estado do país de origem - a um chefe de Estado estrangeiro.

No tocante à representação feminina na carreira diplomática, frisou que as mulheres constituem apenas 20% do corpo diplomático brasileiro, mas que o Itamaraty tem adotado medidas para incentivar mais mulheres a escolherem essa carreira e aumentar essa proporção: atualmente, a segunda maior posição de destaque do instituto é ocupada por uma mulher, a secretária Laura da Rocha. Destacou ainda que a maioria dentre as diplomatas é casada e com filhos, fatores que não impedem o exercício da profissão.

Em seguida, explanou sobre o patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco. Nascido no Rio de Janeiro em 1845, José Maria da Silva Paranhos Júnior atuou como chanceler entre 1902 e 1912. Além de sua paixão por livros



Embaixadora Ligia Maria Scherer, Paulo Fernando Pinheiro Machado e Professores de Direito

e mapas, ele é conhecido por sua contribuição à diplomacia brasileira. Segundo a palestrante, Rio Branco buscava soluções pacíficas para controvérsias e litígios territoriais, solucionando três grandes litígios do Brasil com países fronteiriços no início do século XX, cuja vitória foi alcançada pela sua competência diplomática. Em Palmas, conflito que se deu entre Santa Catarina e Argentina, houve a incorporação, sem derramamento de sangue, o que é raro nas relações internacionais, de mais de 900.000 km de terra ao território brasileiro; atuou também no conflito do Amapá com a França, com envolvimento da arbitragem da Confederação Suíça e, por fim, na controvérsia entre Acre e Bolívia, a qual resultou no Tratado de Petrópolis.

Na sequência da sua fala, a diplomata versou a diversidade de temas nos quais atua a diplomacia brasileira, dentre os quais aqueles relativos à paz e à segurança internacional. Atua também em grandes Comissões de Direito Internacional das Nações Unidas e na intermediação em situações de conflito atualmente existentes e as decorrentes crises humanitárias, tais quais as presentes na Palestina, na Síria, na África, assim

como naquelas provenientes da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Além disso, atua em temas envolvendo: finanças contenciosas, comércio, economia, globalização mundial do comércio, agronegócio, clima, biodiversidade, mar, energia, energias renováveis, direitos humanos, tecnologia, entre outros.

Abordou ainda que o Brasil, desde o ano passado, é membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, devendo necessariamente se posicionar quanto as controvérsias apresentadas. Sua bússola na tomada de decisões é a solução pacífica de controvérsias, valendo-se dos ditames do Direito Internacional e do diálogo que pede o Direito Humanitário. Lembrou que recentemente e, como fruto de um intenso desejo do Brasil pela propagação de nossa cultura no âmbito internacional, nasceu o Instituto Guimarães Rosa (IGR), em homenagem ao ilustre escritor, escolhido para nomear o instituto.

No tocante à área consular, informou a palestrante que são atendidos os brasileiros no exterior que estão passando por dificuldades, com base nas legislações conflitantes, através dos setores consulares de embaixada ou consulados no setor. Em tais situações é concedida uma assistência que pode ser tida como vital e, há mais ou menos 15 anos, na chamada segunda geração de assistência consular, são oferecidas a assistência psicológica, de empreendedorismo, no intuito de reforçar o sentimento de brasilidade nos brasileiros que se encontram no exterior.

Destacou que segundo censo recente do Itamaraty, quatro milhões e quinhentos mil brasileiros vivem no exterior, desse total, praticamente a



metade se encontra nos Estados Unidos; outros se estabeleceram no Paraguai, em Portugal, no Reino Unido, no Japão e Espanha, principalmente. Lembrou que o Brasil não obriga os nacionais que se encontram no exterior a se registrarem nas embaixadas e consulados.

Finalizou sua fala comentando sobre algumas das suas experiências como diplomata, entre as quais citou o trabalho na Divisão das Nações Unidas, ocasião na qual tratou do Apartheid, na África do Sul. Atuou também como diplomata no conflito Israel-Palestina; além de questões internacionais envolvendo os direitos humanos e o meio ambiente. Participou dos preparativos envolvendo a realização da “Conferência Rio 1992” para o meio ambiente e atuou ainda nas negociações e declarações do Brasil na “Agenda 21”, na “Declaração do Rio”, entre outros eventos internacionais sobre o clima, sempre considerando o posicionamento do governo, a opinião da sociedade civil e o futuro, formalizando o que melhor representa os interesses do Brasil.

Permaneceu por um tempo na embaixada em Roma, foi para outros países e para lá

retornou, após muitos anos, participando da delegação junto a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura -. Participou da divisão da Ásia-Oceania e, recentemente, regressou para o departamento do Oriente Médio (Israel, Palestina, Síria, Líbano, Jordânia, Iraque, Iêmen, România, Emirados Árabes), participando de acordos, negociações, visitas, missões, ponderações de interesses. Já esteve no Japão, país no qual tratou principalmente de assuntos ligados à ciência e tecnologia. Esteve em Washington, atuando em um tratado de comércio e meio ambiente, além de temas relativos ao comércio, direitos humanos e trabalho infantil. Esteve em Telavive, em Israel, em Bruxelas, junto à União Europeia, em 2004. Na África, em Moçambique e no consulado brasileiro em Barcelona, entre outras experiências diplomáticas.

A palestra atraiu grande interesse por parte de alunos e professores presentes no evento, tanto pelo conteúdo de extrema importância para a formação cidadã, quanto pelo fato de essa representar uma possível carreira de atuação para o profissional formado na área jurídica.

